



SENADO FEDERAL

MPV 752  
00087

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

--

Proposição <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 752/2016</b>
---

Autor <b>DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR – PR/BA</b>
--

nº do prontuário
------------------

1. ( ) Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. ( ) Modificativa	4. ( X ) Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------	--	------------------------	------------------	---

Página	Artigo Inclusão	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	-----------------	-----------	--------	--------

EMENDA Nº. - CN

Inclusão de novo artigo no Capítulo IV – Disposições Finais:

“ As multas e as demais somas de natureza não tributária devidas pelo contratado em contratos de parceria no setor rodoviário poderão ser convertidas em novos investimentos.

Parágrafo único. Para a conversão prevista no *caput*, deverá ser desenvolvido estudo técnico do qual conste a adequação da inclusão de novos investimentos no contrato de parceria bem como a identificação dos investimentos a serem incluídos.”

**JUSTIFICATIVA:**

A conversão das multas acumuladas pelos concessionários em novos investimentos, em determinados casos, pode se mostrar como sendo a medida mais adequada para o interesse público.

Por um lado, a conversão em novos investimentos estimula o adimplemento pelo concessionário em relação às penalidades aplicadas. O concessionário passa a ter o dever de executar os novos investimentos, de acordo com o cronograma estabelecido, sujeitando-se à fiscalização desempenhada pelo poder concedente.

CD/16642.70035-30

Por outro lado, novos investimentos repercutem diretamente em maiores benefícios para os usuários. Enquanto que as multas revertem ao erário, sem reflexos diretos para os usuários do trecho a que se refere as multas aplicadas, os novos investimentos revertem diretamente para o trecho de rodovia em que se observou o descumprimento contratual. Ou seja, aqueles mesmos usuários que possivelmente foram prejudicados pelo inadimplemento do concessionário serão beneficiados pelos novos investimentos a serem executados.

Porém, a conversão de multas em novos investimentos não pode ser feita de modo amplo e em qualquer caso. Por isso, propõe-se como requisito para a conversão o desenvolvimento de estudo técnico no qual seja evidenciada a necessidade de inclusão de novos investimentos no contrato de parceria em questão bem como a identificação dos investimentos que serão incluídos.

Com isso, procura-se obter a melhor solução para o atendimento do interesse público, com a inclusão no empreendimento de novos investimentos aptos a atender mais adequadamente os interesses dos usuários.



CD/16642.70035-30

Brasília/DF, 30/11/2016

**JOÃO CARLOS BACELAR**  
**PR/BA**